

ELEIÇÕES 2024:

PANORAMA DAS **CANDIDATURAS**
DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

ELEIÇÕES 2024: PANORAMA DAS CANDIDATURAS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA¹

O Instituto Sou da Paz apresenta uma atualização sobre o perfil das candidaturas oriundas das forças de segurança nas eleições de 2024, assim como dos candidatos eleitos. Em termos proporcionais, observa-se a manutenção de 1,5% de candidatos dessas corporações em relação a 2020, refletindo uma estabilidade registrada ao longo das últimas quatro eleições. Apesar de as candidaturas de mulheres dessas forças ainda serem minoria, com menos de 10%, houve um pequeno aumento de 6% para 8% em comparação com 2020. O perfil padrão desse tipo de candidato, portanto, permanece sendo de homens negros (53%, sendo 41,84% de pardos e 11,16% de pretos), que exercem a função de policiais militares (43,59%), na faixa dos 50 anos de idade, casados, a maior parte com ensino superior completo, com patrimônio declarado de cerca de R\$ 200 mil e filiado a partidos como PL, Republicanos, União Brasil, MDB e Progressistas.

O estado do Rio de Janeiro continua liderando, com mais que o dobro (3,45%) da média nacional de candidatos ligados às forças de segurança, seguido por três estados da região Norte: AP (2,57%), RR (2,16%) e AC (2,08%). Entre as capitais, a cidade do Rio de Janeiro também se destaca, com cerca de 8 em cada 100 candidatos pertencendo a forças de segurança, seguido por Maceió (7,94%) e Macapá (7,68%). Entre os municípios, nota-se uma presença proporcionalmente elevada desses candidatos em cidades com populações entre 5 e 50 mil habitantes.

Já entre as regiões, o Centro-Oeste concentra a maior diferença proporcional entre tipo de candidatura e a quantidade de eleitores, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1 - Proporção de eleitores e candidatos das Forças de Segurança por região.

Região	% de eleitores em relação ao País	% de candidatos de FS
Sudeste	42,9%	43,5%
Nordeste	27,8%	23,2%
Sul	14,7%	14,5%
Norte	8,3%	9,6%
Centro Oeste	6,3%	8,9%

A predominância de filiações partidárias à direita se manteve, sendo o Partido Liberal (PL) o que registrou o maior número de candidatos. A seguir, a análise completa.

Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

¹ Esta análise foi atualizada em dezembro de 2024, após revisão da base de dados. Identificamos um erro de 1,2% nos dados do dashboard divulgado, decorrente do processo de processamento de linguagem natural (PLN) em português. Devido à diversidade da língua e seus múltiplos usos, essa etapa requer atenção especial para evitar inconsistências.

Os principais fatores que contribuíram para o erro foram:

- **Extração de Termos:** A busca considerou variações e inclusões não intencionais, como o termo "MAJORI", que, na publicação original de outubro, foi considerado uma categoria de candidatos pertencentes a forças de segurança. Esses casos foram revisados.
- **Sobrenomes em Nomes de Urna:** Candidatos com sobrenomes específicos, como "TENENTE", foram capturados corretamente, mas necessitaram de validação adicional.
- **Verificação Manual:** Casos excepcionais, como nomes compostos (ex.: "SARGENTO BATATINHA"), exigiram validação manual por meio de redes sociais e outras fontes.

A base de dados, que contém 463.394 candidatos, foi revisada e, após a verificação manual, os erros identificados representaram 1% do total. Reforçamos nosso compromisso com a precisão, por isso, diante da revisão e correção desses erros, a análise foi atualizada.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Sou da Paz acompanha desde praticamente a sua fundação (que este ano completa 25 anos) os debates sobre segurança pública no Congresso Nacional. Diante deste acompanhamento sistemático, passamos a alertar nos últimos anos para um fenômeno político que se consolidou no Brasil ao longo da última década: uma notável expansão na participação de membros das forças de segurança, como policiais e militares das Forças Armadas, nas eleições brasileiras. Esse crescimento não se limitou apenas à Câmara dos Deputados, mas também foi observado nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e em cargos do executivo, indicando uma mobilização organizada de grupos dessas corporações.

Em uma pesquisa publicada em 2021, [o Sou da Paz nomeou esse fenômeno de **policialismo**](#). No relatório, foi identificado que, entre 2010 e 2018, o número de deputados(as) oriundos das forças de segurança eleitos(as) saltou de quatro nas eleições de 2010 para 42 nas eleições de 2018, um aumento impressionante de **950%**. Esse crescimento não se limitou ao Legislativo federal, mas se manifestou de maneira robusta nas eleições municipais, com mais de 7.000 candidaturas de membros das forças de segurança em 2020, o maior número já registrado.

Essa participação cada vez mais visível das forças de segurança na política brasileira levantou preocupações sobre o impacto dessa mobilização no debate público e na formulação de políticas de segurança. Desde então, temos alertado para o risco de que essa maior presença no Poder Legislativo pudesse resultar em uma agenda voltada aos interesses corporativistas das forças de segurança, sem necessariamente representar avanços para a segurança pública da população em geral. Além disso, a "militarização" do debate político poderia dificultar a implementação de políticas de segurança efetivas, cidadãs e focadas na defesa de direitos. Soma-se a isso uma preocupação crescente com a politização das forças de segurança e os riscos que essa politização poderia acarretar para a democracia.

Ressaltamos que não somos contrários à participação de membros das forças de segurança na política. No entanto, considerando a responsabilidade única que esses membros possuem, ao exercer na prática o monopólio estatal do uso da força e, até certo ponto, o poder sobre a vida de muitos cidadãos, acreditamos que essa participação política deve ser mais bem regulamentada e ter contornos claros. Isso garantiria que o profissionalismo dessas forças fosse preservado, sem ser afetado por preferências políticas, ao mesmo tempo que asseguraria o direito constitucional à participação política de qualquer cidadão. Contudo, ao longo da última década, à medida que membros das forças de segurança passaram a disputar e vencer eleições com maior frequência, ocupando cargos também na estrutura do Estado brasileiro, esse fenômeno alterou a dinâmica do debate sobre segurança pública, e sua influência continua a ser muito relevante.

As preocupações levantadas no relatório de 2021 se mostraram acertadas diante dos eventos subsequentes. A "perigosa radicalização" das polícias ilustra uma crescente politização e envolvimento das corporações em movimentos políticos radicais. Em alguns casos, as polícias militares têm se envolvido de forma mais ativa em crises políticas, alimentando temores de que a estrutura das forças de segurança possa estar se tornando cada vez mais alinhada com grupos políticos cujo intuito é

desestabilizar as instituições democráticas, como aqueles ligados à extrema-direita. Esses envolvimento, longe de serem meros episódios isolados, são reflexo de uma tendência que o Instituto Sou da Paz já havia identificado como perigosa, e que ameaça potencialmente os pilares de uma segurança pública voltada à proteção de direitos e da democracia.

Os episódios de **2022** exemplificam claramente os riscos apontados. A atuação de alguns membros das Polícias Militares (PMs) durante o processo eleitoral, especialmente no Distrito Federal (DF), chamou atenção pela postura de apoiar abertamente o então presidente Jair Bolsonaro e facilitar movimentos antidemocráticos. Além disso, o uso da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para bloquear estradas e dificultar o acesso de eleitores às urnas em áreas desfavoráveis ao então presidente e candidato demonstrou o envolvimento direto de forças de segurança na manipulação do processo eleitoral, comprometendo a isenção institucional. Esses eventos reforçam a necessidade de vigilância constante sobre a politização das forças de segurança, que se tornou um fator de risco concreto para a democracia brasileira.

Mesmo diante destes acontecimentos, o fenômeno do policialismo nas eleições de 2024 não arrefeceu e segue forte, refletido tanto no discurso beligerante quanto nas propostas corporativistas adotadas por candidatos das forças de segurança. Um [exemplo](#) claro é o do Capitão Alberto Neto (PL), candidato à prefeitura de Manaus, que adota uma retórica de confronto ao afirmar que "se vagabundo trocar tiro com a guarda municipal, vai para o cemitério". Além dessas declarações, multiplicam casos de uso inadequado de estruturas das forças de segurança para fins eleitorais. Policial Machado (Republicanos), candidato em São Paulo, gravou um [vídeo](#) ao lado de um tenente da PM fardado, dentro de um batalhão, sugerindo que as instalações policiais estavam sendo usadas como base de sua campanha.

Outro aspecto relevante é a constante participação de candidatos das forças de segurança que, embora concorram a cargos na esfera municipal, centram suas propostas em temas ligados às forças dos demais entes federativos, como as Polícias Militar, Civil e Federal - em alguns casos priorizando interesses corporativos. Ao desconsiderarem as limitações da competência municipal, essas propostas acabam assumindo um caráter populista, ao prometer soluções que não se aplicam às reais atribuições do cargo em disputa. Um [exemplo é Alexandre Ramagem](#) (PL), candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, que, além de focar na integração da Guarda Municipal com forças estaduais, confunde as funções da guarda com as da PM e da Polícia Federal, especialmente ao tratar do combate ao tráfico de drogas e milícias. Reiteradamente, Ramagem reforçava essas propostas, que careciam de alinhamento com as atribuições específicas do município. Assim como ele, houve outros exemplos pelo país.

Além disso, embora o fenômeno dos "policiais influencers" não seja uma novidade nesta eleição, ele continua bastante [presente em 2024](#), com candidatos utilizando suas plataformas digitais para promover uma visão midiática do combate ao crime. Um exemplo claro é o da ex-policial Katia Sastre (PL-SP), que se elegeu deputada federal em 2019 após ganhar destaque nas redes sociais por conta de um incidente enquanto estava em serviço, tornando esse episódio o ponto central de sua campanha. Mesmo sem conseguir a reeleição, Sastre continua usando sua influência digital para impulsionar candidaturas de vereadores em São Paulo. Da mesma forma, o deputado federal Paulo Bilynskyj (PL-SP)

também utiliza suas redes para fortalecer campanhas de outros candidatos, reforçando o papel que os "policiais influencers" desempenham na política atual.

O fenômeno do policialismo, representado pelos exemplos mencionados acima e muitos outros, transforma ainda a segurança pública em uma plataforma política e eleitoral, comprometendo a função primordial das instituições policiais de servirem ao interesse público. Em vez de uma segurança pautada na efetivação de direitos, essa instrumentalização prioriza interesses políticos de curto prazo pautadas em propostas populistas e de baixo resultado, corroendo a confiança nas forças de segurança e desviando o foco da construção de políticas públicas efetivas e sustentáveis.

Por isso, a análise dos dados das eleições de 2024 deve servir tanto como um alerta adicional em relação a essas preocupações quanto para evidenciar a consolidação desse fenômeno. Apesar da ligeira queda no número absoluto de candidatos ligados às forças de segurança em 2024, o percentual de participação desse grupo manteve-se estável em torno de 1,5%, conforme observado nas últimas quatro eleições. Esse dado sugere que o fenômeno do policialismo já está consolidado no cenário político brasileiro, permanecendo relevante e influente.

A consistência desse percentual ao longo dos anos, mesmo com variações no número total de candidaturas, reforça a necessidade de um monitoramento contínuo do impacto que essa participação tem nas políticas públicas e no processo democrático. A estabilização desse grupo indica que o policialismo segue exercendo papel importante nas disputas eleitorais, demandando uma análise profunda sobre suas implicações para a segurança pública e a representatividade política no país.

Tabela 2 - Candidatos de FS e total de candidatos.

Ano da eleição	Total candidatos	Candidatos FS	% candidatos FS
2012	449.682	6.993	1,56%
2016	463.405	6.380	1,38%
2020	518.328	7.296	1,41%
2024	463.367	6.827	1,47%

Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

Tabela 3 - Percentual de variação do número de candidaturas a cada eleição.

Ano eleitoral	Candidatos FS	Outros candidatos (não FS)
2012/2016	-8,8%	3,2%
2016/2020	14,4%	11,8%
2020/2024	-0,6%	-10,7%

Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

2. METODOLOGIA

Para a realização deste levantamento, foram considerados todos os candidatos às eleições de 2024 pertencentes às categorias que, para fins metodológicos, são classificadas como "forças de segurança". A seleção dessas candidaturas foi feita com base em uma combinação de informações extraídas dos formulários de registro de candidatura da Justiça Eleitoral, que são preenchidos por cada candidato(a). Os dados utilizados neste levantamento foram obtidos pela Pulso Público, contratada pelo Instituto Sou da Paz para este fim, por meio de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e através da raspagem de informações do portal **DivulgaCand**. As categorias consideradas foram as seguintes:

+ Ocupação: Selecionaram-se as seguintes ocupações:

- *policia militar;*
- *policia civil;*
- *militar reformado;*
- *membro das forças armadas;*
- *bombeiro militar.*

+ Nome de Urna: Foram incluídas candidaturas com as seguintes designações no nome de urna (inclusive abreviações, tanto no masculino quanto no feminino):

- *capitão, tenente, sargento, bombeiro, delegado, coronel, general, major, cabo, policia militar, exército, subtenente, soldado, comandante, agente, comendador, escrivão, marechal, almirante, guarda, marinha, brigadeiro, cb, suboficial, perito, investigador, comissário, sd, pm.*

Para evitar a inclusão de candidaturas indevidas, aplicamos os seguintes filtros:

- **Sobrenomes potencialmente ambíguos:** Candidatos com sobrenomes como "Tenente" ou "Sargento", que poderiam ser confundidos com as categorias selecionadas para forças de segurança.
- **Nomes de urna com identificadores geográficos:** Excluímos nomes de urna que utilizavam os termos selecionados para identificadores geográficos ou de pertencimento, como "do" e "da".
- **Candidaturas com termos não relacionados à segurança pública:** Candidaturas que incluíam termos como "AGENTE DE SAÚDE" ou "AGENTE COMUNITÁRIO", entre outros correlatos, foram removidas por não se enquadrarem no perfil de forças de segurança.

Além disso, excluímos das forças de segurança (FS) os candidatos que possuíam os termos de interesse em seus nomes de urna, mas apresentavam as seguintes ocupações:

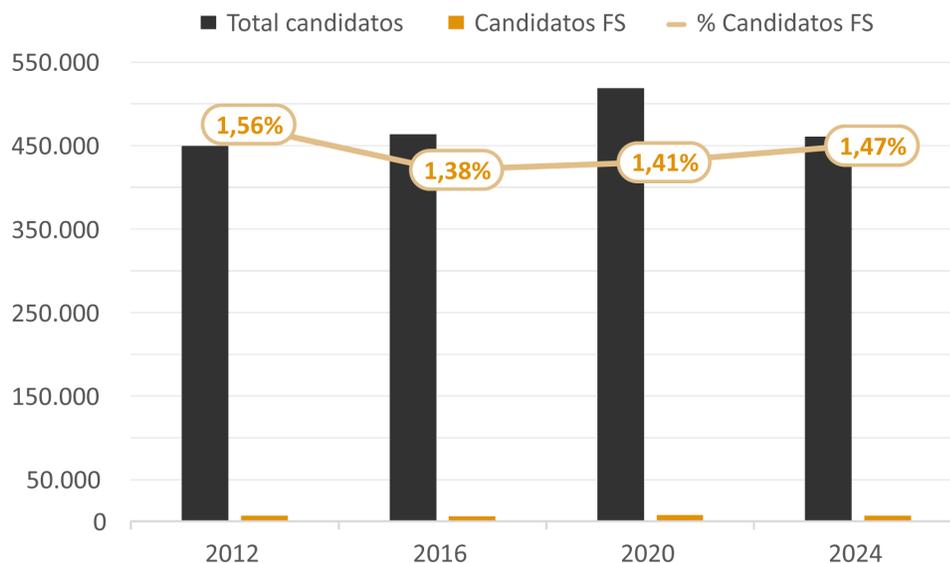
- *Agente Comunitário; Agente de Viagem e Guia de Turismo; Agente Postal; Agente de Serviços Funerários e Embalsamador; Agente de Saúde e Sanitarista; Bombeiro Civil; Bombeiro e instalador de gás, água, esgoto e assemelhados; Agente administrativo.*
- **Considerações sobre Guardas:** Para os candidatos que incluíam o termo "GUARDA" em seus nomes de urna, foram considerados apenas aqueles que possuíam ocupações nas forças de segurança ou nas categorias de "servidor público" e "servidor público aposentado".

Com base nesta análise, destacamos a seguir os pontos mais relevantes dos dados obtidos, segundo a perspectiva do Instituto Sou da Paz. Para facilitar o acesso a essas informações, também disponibilizamos ao público interessado um **dashboard** que reúne todos os dados, organizados de acordo com diversos indicadores, inclusive com possibilidade de extração de dados segmentados de cada uma das regiões, estados e municípios brasileiros e que está disponível neste **link**: <https://lookerstudio.google.com/reporting/9abe2460-52d4-4335-8486-22971b6dc1eb>

3. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ELEIÇÕES MUNICIPAIS

A análise comparativa entre o total de candidaturas ligadas às forças de segurança (somando as candidaturas de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores) nas eleições de 2012, 2016, 2020 e 2024, e os respectivos percentuais em relação ao total de candidaturas inscritas, revela a manutenção desse fenômeno em torno de **1,5%** do total de candidaturas. Vamos aos dados:

- **2012:** Foram **7.349 candidatos** ligados às forças de segurança, representando **1,52%** do total de **482.868 candidaturas** no país.
- **2016:** Houve uma leve queda para **6.840 candidatos**, representando **1,38%** do total de **496.977 candidaturas**.
- **2020:** O número aumentou para **8.296 candidatos**, correspondendo a **1,49%** do total de **557.678 candidaturas**.
- **2024:** Em 2024, o número de candidatos caiu para **6.827 candidatos**, mas o percentual se manteve em **1,47%** em relação ao total de **463.367 candidaturas**.

Gráfico 1 - Número de candidaturas, total e de forças de segurança. Brasil, 2024

Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

Essa manutenção de cerca de **1,5%** de candidatos ligados às forças de segurança ao longo das últimas quatro eleições evidencia um fenômeno **consolidado**. Embora o número absoluto de candidatos tenha sofrido pequenas oscilações, o peso relativo dessas candidaturas no cenário eleitoral permanece significativo, refletindo a relevância política que esses grupos adquiriram ao longo do tempo.

Além da estabilidade percentual, a relevância desse fenômeno é reforçada pela capacidade de mobilização contínua das forças de segurança e sua presença em esferas decisórias, como as câmaras municipais. Isso lhes permite influenciar diretamente a agenda pública, especialmente em questões de segurança. Mesmo com a redução do número total de candidaturas em 2024, o percentual de participação dessas candidaturas permaneceu estável, evidenciando sua consolidação como um grupo politicamente significativo.

Em suma, os dados indicam que as candidaturas ligadas às forças de segurança têm mantido uma participação constante e organizada, consolidando-se como uma força relevante na política brasileira, com impacto direto tanto nas eleições quanto na formulação de políticas públicas.

4. COMPARAÇÃO COM AS ELEIÇÕES DE 2020: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E MUDANÇAS

A ocupação de **Policia**l Militar continua representando o maior percentual de candidatos entre aqueles ligados às forças de segurança, com 43,59% do total. No entanto, esses grupos apresentaram uma redução expressiva em relação às eleições de 2020, quando representavam **80%** dessas candidaturas. Em contrapartida, houve um aumento nas candidaturas de **Policiais Civis, Bombeiros Militares** e membros das **Forças Armadas**, que passaram a compor uma fatia maior desse grupo, compensando parte da redução entre policiais militares e militares reformados.

As candidaturas de **mulheres** pertencentes às forças de segurança cresceram ligeiramente em relação às eleições de 2020, passando de **6%** para **8%**, embora os **homens** ainda componham mais de **90%** desse grupo.

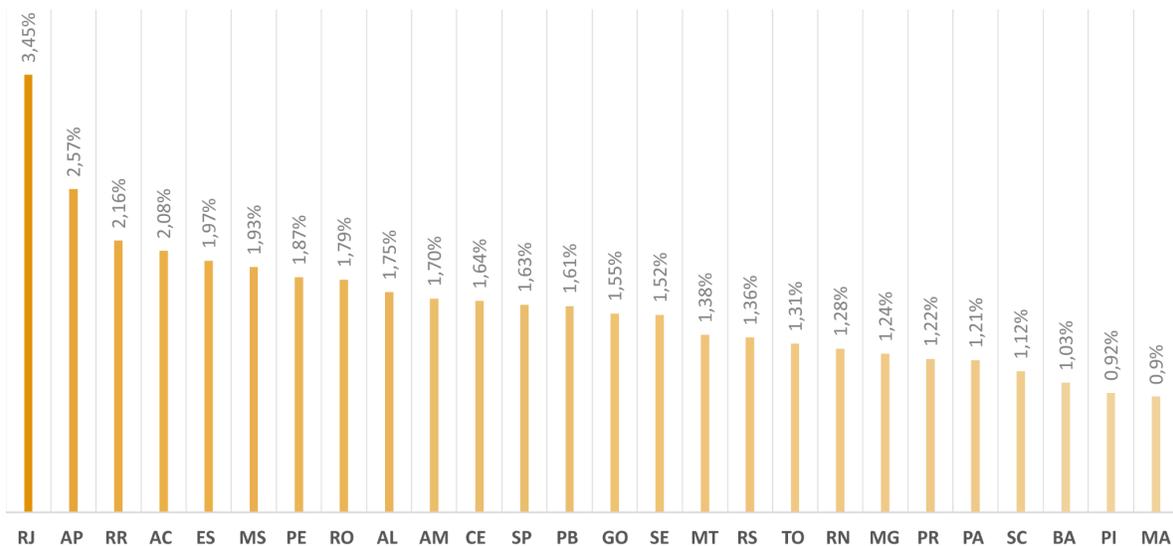
A distribuição **racial** dos candidatos ligados às forças de segurança manteve-se semelhante aos patamares observados nas eleições de 2020, com a maioria sendo composta por negros (44,82% pardos e 11,27% pretos). A maioria dos candidatos também é casada (68,5%) e possui ensino superior completo (31,32%), tendo a distribuição quanto ao **estado civil** e à **escolaridade** apresentado pouca variação em relação a 2020.

A mediana dos valores das **declarações patrimoniais** dos candidatos permaneceu similar ao observado em 2020, variando entre **R\$ 100 mil e R\$ 500 mil**.

Comparando com 2020, destaca-se o crescimento da presença do **PL** (+10%) e do **Novo** (+3%) entre os candidatos. Por outro lado, houve uma redução na participação do **União Brasil** (resultado da fusão entre PSL e DEM), que anteriormente concentrava **14,54%** dessas candidaturas, mas agora detém **8,62%** do total.

5. ESTADOS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NAS ELEIÇÕES DE 2024

Gráfico 2 - Percentual de candidatos de forças de segurança, por estados. Eleições 2024.



Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

Os dados das eleições de 2024 revelam uma significativa presença de candidatos ligados às forças de segurança (FS) em diferentes estados do Brasil, refletindo dinâmicas locais específicas de segurança pública e influência política. O **Rio de Janeiro (RJ)** lidera em termos percentuais, com **3,45%** dos candidatos pertencentes às FS, o maior percentual do país. Esse destaque está relacionado à forte presença de corporações de segurança no estado e à influência histórica dessas forças no cenário político local, amplificada por questões de segurança pública e pelo fenômeno da milicianização.

Amapá (AP) e **Roraima (RR)**, com percentuais de **2,57%** e **2,16%** de candidatos das FS, enfrentam desafios significativos de segurança pública, principalmente devido à fragilidade das fronteiras e à atuação de organizações criminosas. A crise migratória da Venezuela em Roraima e as dificuldades de controle territorial no Amapá, agravadas pelo isolamento geográfico e pela carência de recursos, podem ser incentivo à mobilização política de membros das FS nesses estados.

Acre (AC) e **Mato Grosso do Sul (MS)** aparecem logo em seguida, com percentuais de **2,08%** e **1,93%**, respectivamente. Em ambos os estados, além de questões fronteiriças, os conflitos de terra e disputas territoriais são fatores que podem estar impulsionando a presença de membros das FS na política, especialmente em áreas rurais, onde esses desafios são mais intensos.

O **Espírito Santo (ES)**, com **1,97%** de participação de candidatos das FS, segue um padrão semelhante. O estado possui um histórico recente de greves policiais marcantes, como a de 2017, que desencadeou uma grave crise de segurança pública e a necessidade de intervenção das Forças Armadas.

Esses eventos, junto com a persistência de problemas relacionados à segurança, ajudam a explicar a relevância contínua das candidaturas ligadas às FS na política estadual.

Nos estados de **Pernambuco (PE)** e **Alagoas (AL)**, os percentuais de participação de candidatos das FS são de **1,87%** e **1,75%**, respectivamente. Ambos enfrentam alguns dos maiores índices de homicídios do país. Segundo dados recentes, Pernambuco registrou **45,4 homicídios por 100 mil habitantes** em 2023, enquanto Alagoas, apesar de uma redução nos últimos anos, ainda mantém uma taxa de **39,9 homicídios por 100 mil habitantes**. Esses números elevados, combinados com desafios estruturais na segurança pública, podem estar impulsionando a mobilização de membros das FS nas eleições.

Por fim, **São Paulo (SP)**, com **1,63%** dos candidatos das FS, ocupa a 12.ª posição em termos percentuais, mas se sobressai como o estado com o maior número absoluto de candidatos das FS: **1.272** de um total de **78.271**. Esse primeiro lugar em números absolutos reflete a importância das candidaturas das FS no estado, especialmente em um contexto onde a segurança pública é uma preocupação constante.

Em resumo, os dados indicam que a participação de membros das FS nas eleições é relativamente alta em estados com desafios críticos de segurança pública. **São Paulo** se destaca pelo número absoluto de candidatos, enquanto o **Rio de Janeiro** lidera em termos percentuais, evidenciando a relevância desse grupo na política local e, conseqüentemente, no cenário nacional. Esse fenômeno ressalta a consolidação da presença das FS no cenário eleitoral, tanto em grandes centros urbanos quanto em estados menores e de fronteira.

6. AS 10 CIDADES COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA NESTAS ELEIÇÕES

As 10 cidades com maior participação de candidatos ligados às forças de segurança (FS) nas eleições de 2024 mostram uma divisão clara entre grandes capitais e pequenos municípios. Em termos absolutos, as capitais se destacam pelo maior número de candidatos das FS, enquanto, em termos relativos, os percentuais mais altos são observados em pequenas cidades, com populações entre 5 mil e 50 mil habitantes. As exceções notáveis são as capitais **Rio de Janeiro (RJ)** e **Maceió (AL)**, que se destacam tanto em números absolutos quanto em percentuais relativos.

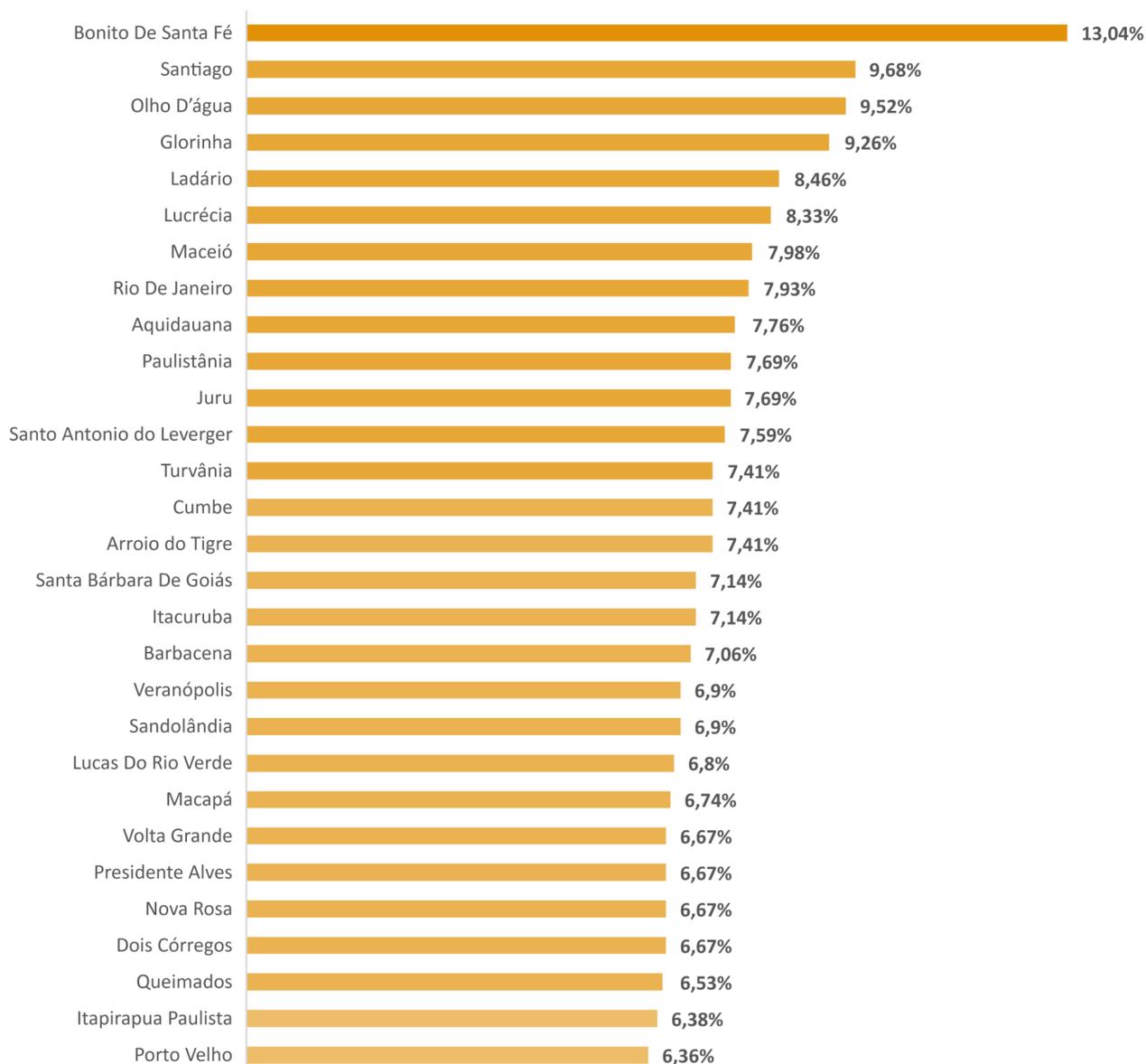
Em termos absolutos, grandes capitais como **Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, Porto Alegre, Aracaju, Goiânia, e Porto Velho** concentram o maior número de candidatos das FS. Esse dado reflete o cenário complexo de segurança pública nessas grandes metrópoles, onde a presença de forças de segurança organizadas, greves policiais e o impacto do crime organizado tornam a participação política dessas corporações especialmente relevante. Por exemplo, o **Rio de Janeiro, com 83 candidatos das FS**, lidera em termos absolutos; seguido por **São Paulo, com 52; Manaus, com 45; e Belo Horizonte, com 42.**

Por outro lado, em termos relativos, as pequenas cidades se destacam. Municípios como **Bonito de Santa Fé (PB), Cumbe (SE), Santiago (RS), Olho D'Água (PB), Glorinha (RS), Ladário (MS), Lucrécia (RN), e Aquidauana (MS)** registram percentuais expressivos de candidatos das FS, variando de **8% a 13%**. Nesses locais, muitas vezes marcados por desafios específicos como fronteiras, áreas rurais ou a presença de unidades militares e penitenciárias, a segurança pública desempenha um papel central no debate político.

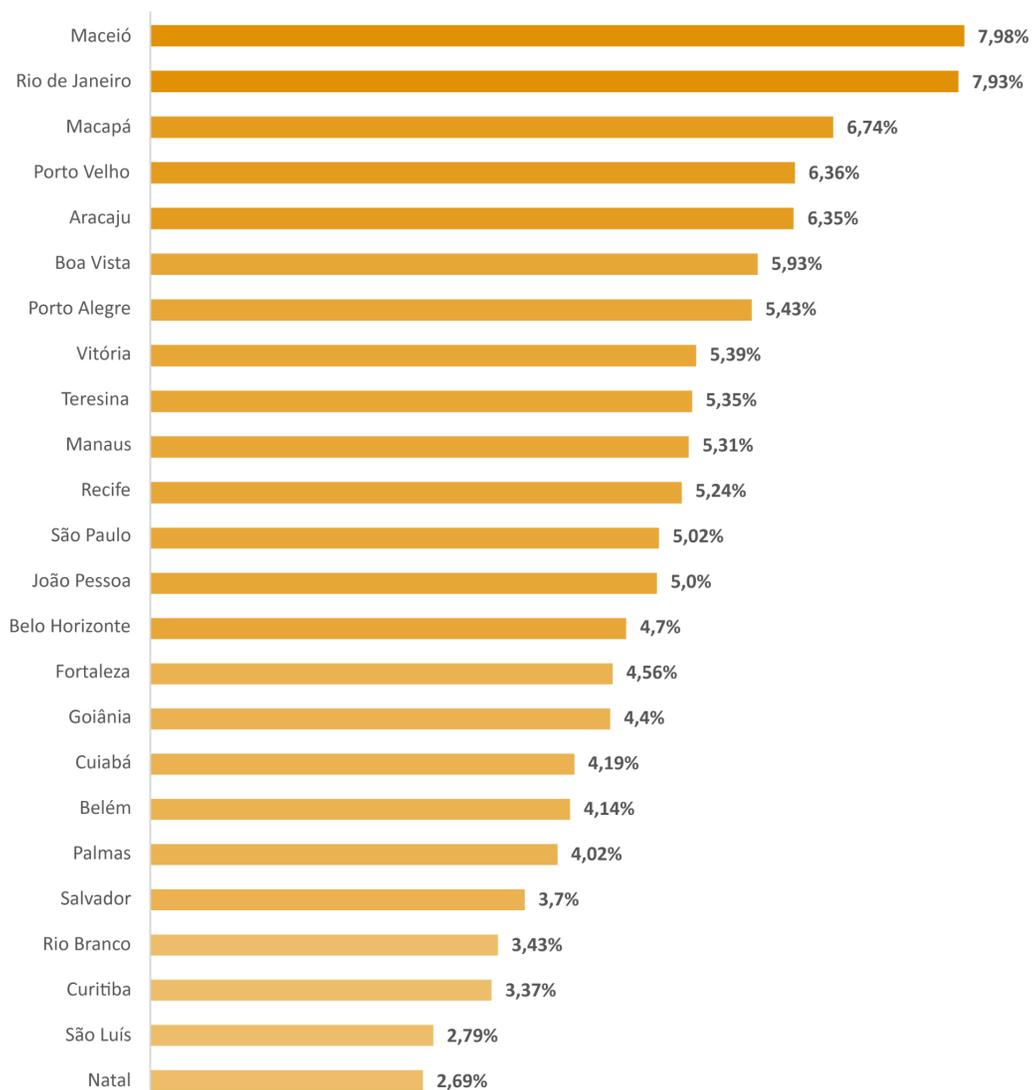
O Rio de Janeiro, além de liderar em números absolutos, também é notável pela presença de outras cidades da **Baixada Fluminense** e da **região metropolitana** no ranking das cidades com mais candidatos das FS. **Queimados** (25 candidatos), **Nova Iguaçu** (24 candidatos), **Duque de Caxias** (23 candidatos), **Belford Roxo** (22 candidatos) e **São Gonçalo** (21 candidatos) aparecem com destaque em termos absolutos, evidenciando a relevância desse fenômeno não apenas na capital, mas em várias outras regiões do estado do Rio de Janeiro.

Entre as capitais, Maceió também merece destaque por integrar, pela primeira vez, a lista das cidades com maior percentual de candidatos das FS, com 7,98%, ao lado do Rio de Janeiro com 7,93%, que já ocupava uma posição de liderança em 2020. Por outro lado, Teresina e Curitiba deixaram as primeiras posições, sendo substituídas por Porto Velho e Aracaju.

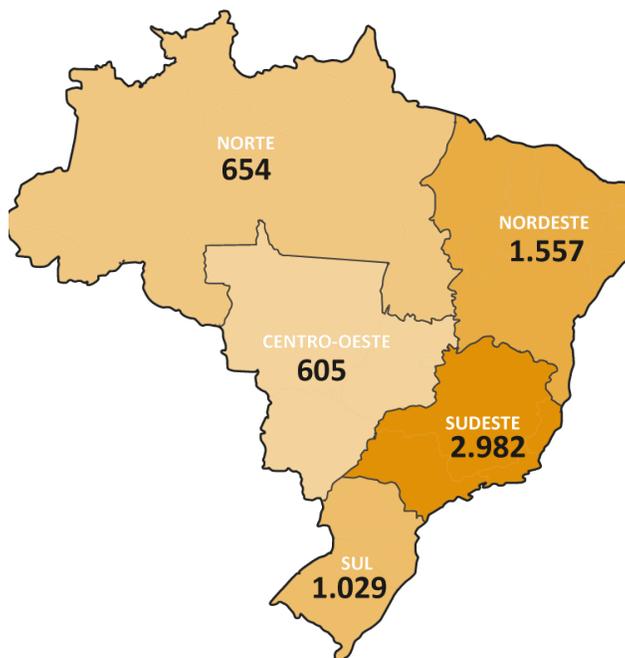
Em resumo, enquanto as capitais lideram em números absolutos, são essas pequenas cidades que apresentam os maiores percentuais de participação das FS. Esse fenômeno evidencia tanto as necessidades específicas de segurança em municípios menores quanto a importância estratégica das forças de segurança na disputa política das grandes metrópoles.

Gráfico 3 - Municípios com maior participação de candidatos de forças de segurança. Eleições 2024.

Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

Gráfico 4 - Percentual de participação de candidatos de forças de segurança nas capitais. Eleições 2024 (%).

Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

Mapa 1 - Total de candidaturas de forças de segurança apresentadas por região. Eleições 2024 (%).

Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

7. ANÁLISE DOS ELEITOS

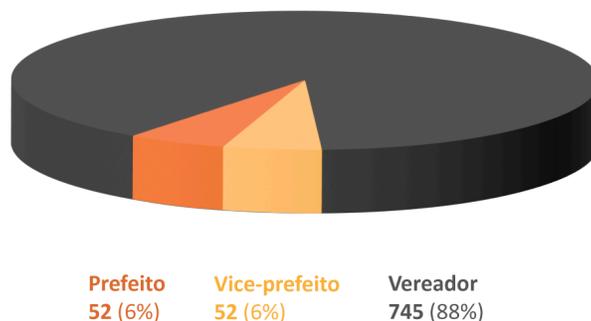
Entre os candidatos das forças de segurança eleitos no último dia 6 de outubro de 2024, 95,1% são homens, 54,2% se declararam brancos, 74,33% são casados, 61,22% possuem ensino superior completo e a idade média é de 49 anos. Policiais militares representam 40,1% dos eleitos (19% usaram a ocupação no nome de urna), enquanto 17,05% são policiais civis (4,39% usaram a ocupação no nome de urna). O Partido Liberal lidera com 19,63% dos eleitos, seguido por Progressistas (11,57%), Republicanos (11,22%), MDB (10,4%), PSD (9,46%), União Brasil (8,06%) e Podemos (5,02%).

Do total de 849 eleitos, 745 foram vereadores, 52 prefeitos e 52 vice-prefeitos. Interessante avaliar a variação dos eleitos entre as últimas eleições:

- **2012** - 29 prefeitos, 45 vice-prefeitos e 775 vereadores - **Total: 849**
- **2016** - 38 prefeitos, 65 vice-prefeitos e 748 vereadores - **Total: 851**
- **2020** - 45 prefeitos, 60 vice-prefeitos e 681 vereadores - **Total: 786**
- **2024** - 52 prefeitos, 52 vice-prefeitos e 745 vereadores - **Total: 849**

Em números absolutos, houve um maior número de prefeitos oriundos das forças de segurança eleitos em 2024, assim como um maior número de vereadores. O que pode ser sinal de uma maior articulação e organização em torno dessas candidaturas.

Gráfico 5 - Candidatos de forças de segurança eleitos, por cargo. Brasil, eleições 2024 (%).



Em termos regionais, o Sudeste lidera com 351 eleitos, distribuídos entre São Paulo (144), Minas Gerais (135), Rio de Janeiro (45), e Espírito Santo (27). O Nordeste vem em segundo, com 183 eleitos; seguido pelo Sul, com 156; e o Centro-Oeste, com 96. A região Norte teve o menor número de eleitos, com 63, destacando Rondônia (14) e Pará (10).

Tabela 4 - Candidaturas de forças de segurança, apresentadas e eleitas. Brasil e regiões, eleições 2024.

Região	Apresentadas	Eleitas	% Eleitas
Norte	654	63	9,6%
Nordeste	1557	183	11,7%
Centro-Oeste	605	96	15,9%
Sudeste	2982	351	11,8%
Sul	1029	156	15,2%
BRASIL	6827	849	12,4%

Em relação aos estados que tiveram proporcionalmente o maior número de candidatos eleitos, destaca-se o Rio de Janeiro, com uma proporção de 3,23% dos eleitos, seguido por Espírito Santo (2,63%), Roraima (2,59%), Rondônia (2,2%) e Mato Grosso do Sul (2,18%), conforme tabela abaixo.

Tabela 5 - Proporção de Candidatos Eleitos por Estado

UF	Total de Candidatos	FS	% do total de candidatos
1. RJ	1.392	45	3,23%
2. ES	1.026	27	2,63%
3. RR	193	5	2,59%
4. RO	635	14	2,2%
5. MS	1.007	22	2,18%
6. AC	285	6	2,11%
7. SP	8.337	146	1,75%
8. GO	3.022	52	1,72%
9. PE	2.517	41	1,63%
10. MT	1.717	24	1,4%

Fonte: TSE/Pulso Público/Instituto Sou da Paz

8. O POLICIALISMO EM AÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 2024

A análise da participação eleitoral de membros das forças de segurança no Brasil indica eventuais conflitos de interesse entre o “ser policial” e o uso do conhecimento das polícias para influenciar, por exemplo, a alocação de recursos policiais em benefício de interesses e compromissos assumidos pelo candidato. Além disso, o perfil dessas candidaturas frequentemente se apoia em uma retórica bélica, promovendo propostas de segurança pública que incentivam a violência policial, em detrimento de estratégias mais inteligentes e planejadas, que se mostrariam mais eficazes no combate ao crime.

Como já mencionado anteriormente, um exemplo marcante desse fenômeno é o discurso de alguns candidatos nas eleições de 2024, como o do postulante à prefeitura de Manaus, Capitão Alberto Neto (PL), que [afirmou](#) em um ato público: “se vagabundo trocar tiro com a guarda municipal, vai para o cemitério”. O bordão de campanha do candidato a vereador em Maceió, Policial Federal Flavio Moreno (PP), segue o mesmo tom: [“segurança para a população e vagabundo no chão”](#). Já o delegado Éder Mauro (PL), deputado federal e candidato à prefeitura de Belém, frequentemente ressalta que se orgulha de [“ter matado muita gente”](#) ao longo de sua carreira policial. Esses discursos não apenas incentivam o uso excessivo da força policial, como também reforçam a retórica do confronto e a normalização da extrema violência nas ações de segurança pública.

Por outra via, o uso do medo da violência como ferramenta eleitoral é uma estratégia recorrente entre candidatos oriundos das forças de segurança, especialmente em eleições municipais. Essas candidaturas muitas vezes adotam um discurso populista, propondo soluções imediatas para problemas complexos de segurança pública, mas que, muitas vezes, não podem ser implementadas devido às limitações das atribuições do cargo. Um exemplo claro já citado é o de Alexandre Ramagem (PL), candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em 2024, que fez [promessas](#) de combate ao tráfico de drogas e às milícias, propondo a integração da Guarda Municipal com as forças estaduais e federais. Embora essa abordagem pareça responder aos anseios da população por mais segurança, ela desconsidera que o papel da Guarda Municipal e suas próprias atribuições e limitações.

Essa tendência populista não se limita às grandes cidades. Em Santo Antônio do Descoberto (GO), [Capitão Mendes](#) (PP), candidato a vereador, propôs o fortalecimento de operações policiais e a criação de unidades especializadas para combater o tráfico de drogas, ignorando igualmente as competências das forças de segurança do município. O mesmo propõe o [Policial Sargento Lacerda](#), que, em suas aparições públicas, defende um combate direto ao crime organizado, focando em propostas como o enfrentamento ao tráfico de drogas. E, da mesma forma, em Luziânia (GO), [Tenente Amaral](#) (União Brasil) defendeu a criação de novas bases da Polícia Militar para combater crimes agrários nas zonas rurais.

Em Formosa (GO), a [Delegada Fernanda Lima](#) (PP), candidata à prefeitura, focou sua campanha na valorização das forças de segurança. Além de uma Guarda Municipal fortalecida, a candidata também propôs melhorias salariais e melhores condições de trabalho para todos os profissionais da área de segurança. Esses exemplos ilustram como candidatos das forças de segurança, em diferentes municípios, recorrem ao populismo para explorar o medo da população, oferecendo propostas que não podem ser implementadas no âmbito das atribuições municipais. Ao prometer soluções que, muitas vezes, são de competência dos estados, esses candidatos criam expectativas que dificilmente serão atendidas, manipulando o eleitorado com promessas atraentes, mas desalinhadas com a realidade do cargo. Com isso, perdem a oportunidade de debater propostas efetivas e viáveis no âmbito municipal, algumas das quais estão descritas nesta [agenda](#).

A participação de policiais da ativa, o que é vedado por lei, também se tornou mais explícita, com alguns apoiando candidaturas enquanto estão em serviço. Um exemplo claro disso é o do candidato a vereador em São Paulo, Policial Machado, que gravou um [vídeo](#) em um batalhão no qual serviu anteriormente, ao lado de um tenente da PM fardado, expressando apoio à sua candidatura. Machado sugeriu que a unidade policial estava sendo utilizada como "QG" de sua campanha. Além disso, há outros casos de uso indevido de equipamentos e estruturas das forças de segurança durante a campanha, como o do [candidato que utilizou um veículo blindado da Polícia Militar para realizar atos de campanha na Baixada Fluminense](#), alegando estar sob ameaça de grupos armados.

Em outros casos, agentes das forças de segurança usaram inadequadamente suas armas para demonstrar poder ou intimidar adversários. Em Cuiabá, um suplente de deputado estadual e candidato a vereador [exibiu sua arma](#) ao levantar a camisa durante uma convenção partidária em agosto de 2024. Outro episódio, de maior gravidade, ocorreu em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, onde um [PM candidato](#) a vereador disparou contra uma carreta de um grupo adversário em setembro de 2024.

Outro aspecto importante dessa relação entre polícia e política é o [papel do Partido Liberal \(PL\) nas eleições de 2024, que se destaca por impulsionar o maior número de candidaturas oriundas das forças de segurança](#), indicando vários policiais e militares para disputar cargos no executivo municipal, especialmente em 10 capitais. Dos 14 candidatos a prefeito indicados, 4 são policiais, e entre os indicados a vice-prefeito, 7 têm origem nas forças de segurança. Em capitais como Rio de Janeiro e Belém, o PL indicou delegados para concorrer ao cargo de prefeito, enquanto em Manaus e no Espírito Santo, capitães da PM foram escolhidos para disputar as prefeituras.

Esse padrão de indicações se repete em outras capitais, como São Paulo, onde o candidato a vice-prefeito é um coronel da reserva; em Porto Alegre, onde uma tenente-coronel do Exército foi indicada; e em Belo Horizonte, onde a vice-prefeita candidata é coronel da Polícia Militar. É importante ressaltar que, embora as candidaturas femininas das forças de segurança representem apenas 8% do total de candidatos, o PL optou por indicar mulheres para esses cargos em diversas capitais, como Porto Alegre, Florianópolis e Campo Grande.

Esses exemplos evidenciam a forma como o policialismo se consolidou como um fenômeno importante nas eleições de 2024, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. A mobilização de membros das forças de segurança, muitas vezes apoiada por grandes partidos como o PL, reflete um alinhamento crescente entre segurança pública e política eleitoral, em que o uso da força é frequentemente exaltado como solução principal para os problemas do país. Por isso, estes exemplos e a análise dos dados das eleições de 2024 deve servir como mais um alerta sobre as preocupações relativas à consolidação desse fenômeno.

ELEIÇÕES 2024:

PANORAMA DAS CANDIDATURAS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Outubro de 2024

Coordenação

Nathalie Drumond

Elaboração

Nathalie Drumond

Marcele de Oliveira

Cristina Neme

Carolina Ricardo

Consultoria de pesquisa e dashboard

Pulso Público

Revisão

Carolina Ricardo

Wigde Arcangelo

Diagramação

Marina Sá

Financiador



Realização



Equipe Instituto Sou da Paz

CAROLINA RICARDO - Diretora-Executiva

BEATRIZ GRAEFF - Coordenadora de Projetos

BRENA ANDRADE - Analista de Mídias Digitais

BRUNO LANGEANI - Consultor Sênior

CRISTINA NEME - Coordenadora de Projetos

DANIELLE TSUCHIDA - Coordenadora de Projetos

ECILANE RODRIGUES - Assistente da Diretoria

EDERSON MARTINS - Assistente Administrativo-Financeiro

FERNANDA FIGUEIREDO - Analista Contábil-Financeira

GABRIELA ALVES - Assistente de Comunicação

GABRIELLA OLIVEIRA - Coordenadora de Projetos

GUILHERME GALDINO - Analista de Gestão de Pessoas

IZABELLE MUNDIM - Gerente de Comunicação e Engajamento

JANAINA BALADEZ - Gerente de Desenvolvimento Institucional

JÉSSICA MOURA - Analista de Projetos

LUCIANO ALMEIDA - Gerente Administrativo-financeiro

MARINA SÁ - Designer

MARCELE DE OLIVEIRA - Assistente de Advocacy

MAYRA PINHEIRO - Pesquisadora

NATÁLIA POLLACHI - Gerente de Projetos

NATÁLIA SANTANA - Assistente de Projetos

NATHALIE DRUMOND - Gerente de Advocacy

RAFAEL ROCHA - Coordenador de Projetos

TAMIRIS DE JESUS - Coordenadora de Gestão de Projetos (PMO)

VANESSA MACHADO - Analista de Projetos

WIGDE ARCANGELO - Assessor de Imprensa